

***Rodovia das Cataratas S.A. -
Ecocataratas***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas
Cascavel - PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendêram: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.761	4.117	Fornecedores		4.624	3.999
Clientes	5	3.794	2.696	Empréstimos	11	47.624	40.855
Impostos a recuperar		-	121	Obrigações sociais		1.743	1.545
Despesas antecipadas	6	83	924	Empresas ligadas	12	1.644	1.216
Outros créditos		<u>204</u>	<u>374</u>	Impostos, taxas e contribuições a recolher	10	1.718	1.703
Total do ativo circulante		<u>8.842</u>	<u>8.232</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		585	76
				Dividendos a pagar		4.477	6.046
NÃO CIRCULANTE				Juros sobre o capital próprio a pagar		198	192
Realizável a longo prazo:				Outras contas a pagar		<u>875</u>	<u>16</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	1.566	936	Total do passivo circulante		<u>63.488</u>	<u>55.648</u>
Depósitos judiciais e outros créditos		724	388				
Imobilizado	7	104.153	93.239	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	8	<u>192</u>	<u>321</u>	Provisão para contingências	13	4.467	1.511
Total do ativo não circulante		<u>106.635</u>	<u>94.884</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	<u>332</u>	<u>322</u>
				Total do passivo não circulante		<u>4.799</u>	<u>1.833</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.a	41.849	41.849
				Reserva de lucros - legal	14.b	<u>5.341</u>	<u>3.786</u>
				Total do patrimônio líquido		47.190	45.635
TOTAL DO ATIVO		<u>115.477</u>	<u>103.116</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>115.477</u>	<u>103.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	15	143.174	125.490
Receitas acessórias	15	<u>5.480</u>	<u>4.960</u>
		148.654	130.450
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação e receitas acessórias		(13.326)	(11.446)
RECEITA LÍQUIDA		<u>135.328</u>	<u>119.004</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(60.820)	(53.298)
LUCRO BRUTO		<u>74.508</u>	<u>65.706</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(22.759)	(13.885)
Outras receitas, líquidas		<u>258</u>	<u>293</u>
		(22.501)	(13.592)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>52.007</u>	<u>52.114</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	467	495
Despesas financeiras	17	<u>(6.512)</u>	<u>(3.998)</u>
		(6.045)	(3.503)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>45.962</u>	<u>48.611</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9.b	(15.482)	(14.964)
Diferidos	9.b	<u>614</u>	<u>(696)</u>
		(14.868)	(15.660)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>31.094</u>	<u>32.951</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>41.849</u>	<u>41.849</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>0,74</u>	<u>0,79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Reserva de lucros - legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		41.849	24.660	2.138	-	68.647
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	(24.660)	-	-	(24.660)
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		41.849	-	2.138	-	43.987
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.951	32.951
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	-	1.648	(1.648)	-
Dividendos distribuídos (R\$0,54 por ação)		-	-	-	(22.734)	(22.734)
Dividendos propostos (R\$0,14 por ação)		-	-	-	(6.046)	(6.046)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)		-	-	-	(2.523)	(2.523)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		41.849	-	3.786	-	45.635
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.094	31.094
Destinação do lucro:						
Reserva legal	14.b	-	-	1.555	(1.555)	-
Dividendos distribuídos (R\$0,53 por ação)	14.c	-	-	-	(22.267)	(22.267)
Dividendos propostos (R\$0,11 por ação)	14.c	-	-	-	(4.477)	(4.477)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,07 por ação)	14.c	-	-	-	(2.795)	(2.795)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>41.849</u>	<u>-</u>	<u>5.341</u>	<u>-</u>	<u>47.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.962	48.611
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.150	14.215
Baixa do ativo imobilizado	100	1.445
Constituição (reversão) de provisão para contingências e atualização monetária	1.914	(157)
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	5.557	3.428
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.098)	(1.514)
Empresas ligadas	428	3.266
Impostos a recuperar	121	70
Despesas antecipadas	841	226
Outros créditos	170	1.155
Depósitos judiciais	(367)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	625	1.402
Obrigações sociais	198	(168)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	(209)
Provisão para contingências	1.073	-
Outras contas a pagar	859	(187)
Juros pagos	(5.794)	(3.514)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(14.973)</u>	<u>(15.362)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>54.781</u>	<u>52.707</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(29.981)	(23.905)
Aquisição de intangível	(54)	(71)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(30.035)</u>	<u>(23.976)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	-	(2.043)
Captação de empréstimos - terceiros	7.000	11.400
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>(31.102)</u>	<u>(43.314)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(24.102)</u>	<u>(33.957)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>644</u>	<u>(5.226)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.117	9.343
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>4.761</u>	<u>4.117</u>
	<u>644</u>	<u>(5.226)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	143.174	125.490
Outras receitas	<u>5.738</u>	<u>5.253</u>
	<u>148.912</u>	<u>130.743</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(30.293)	(13.554)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(20.432)</u>	<u>(28.675)</u>
	<u>(50.725)</u>	<u>(42.229)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>98.187</u>	<u>88.514</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(19.150)	(14.215)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>79.037</u>	<u>74.299</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	467	495
Outras	<u>297</u>	<u>489</u>
	<u>764</u>	<u>984</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>79.801</u>	<u>75.283</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>79.801</u>	<u>75.283</u>
Pessoal	<u>12.684</u>	<u>9.927</u>
Remuneração direta	8.310	6.095
Benefícios	3.805	2.867
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	569	965
Impostos, taxas e contribuições	<u>28.333</u>	<u>28.717</u>
Federais	20.738	22.039
Estaduais	-	272
Municipais	7.595	6.406
Remuneração de capitais de terceiros	<u>7.690</u>	<u>3.688</u>
Juros	5.557	3.643
Aluguéis	1.151	-
Outras	982	45
Remuneração de capitais próprios	<u>31.094</u>	<u>32.951</u>
Juros sobre o capital próprio	2.795	2.523
Dividendos	26.744	28.780
Lucro do exercício retido	1.555	1.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas” ou “Companhia”), constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente desde o final do ano 2002, pela Administração da Companhia e pelo Governo do Estado do Paraná.

Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo Poder Concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término da concessão.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através de margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas estender-se-á, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela Primav EcoRodovias S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2009, a parcela reajustada é de R\$205.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao Terminal Turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Em 26 de agosto de 2009, a então controladora indireta Primav EcoRodovias S.A. transferiu o seu investimento na Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$54.646, substancialmente composta por capital de giro aplicado nas operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e na controladora e nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e estornou o saldo da reserva de reavaliação em 1º de janeiro de 2008, como segue:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007 - originalmente reportado	68.647
Estorno da reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	<u>(24.660)</u>
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2008 - ajustado	<u>43.987</u>

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subseqüentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 7.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto substancialmente por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de cinco anos, de forma linear.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 13.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, são tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

f) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa geral	1	3
Bancos conta movimento	775	2.965
Numerário em trânsito (a)	704	435
Fundo de troca	<u>1.377</u>	<u>714</u>
	2.857	4.117
Aplicações financeiras-		
Recursos não vinculados (b)	<u>1.904</u>	-
	<u>4.761</u>	<u>4.117</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 101% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata.

5. CLIENTES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pedágio eletrônico	2.272	1.616
Cupons de pedágio	973	139
Receitas acessórias	<u>549</u>	<u>941</u>
	<u>3.794</u>	<u>2.696</u>

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$83 (R\$924 em 31 de dezembro de 2008) é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 20).

7. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Pavimentações e conservação especial	15,1	183.450	(97.119)	86.331	60.130
Sinalização e dispositivos de segurança	27,6	10.076	(7.232)	2.844	3.019
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	7.621	(4.272)	3.349	2.350
Máquinas e equipamentos	10,0	2.196	(1.054)	1.142	1.318
Móveis e utensílios	10,0	540	(385)	155	92
Terrenos e edificações	4,8	8.457	(4.094)	4.363	4.728
Obras em andamento (*)	-	-	-	-	1.248
Demais melhorias e ampliações	10,9	15.987	(11.669)	4.318	18.018
Outros	17,7	<u>3.605</u>	<u>(1.954)</u>	<u>1.651</u>	<u>2.336</u>
		<u>231.932</u>	<u>(127.779)</u>	<u>104.153</u>	<u>93.239</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário em fase de execução. A depreciação iniciar-se-á após a conclusão.

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$28 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$940 em 31 de dezembro de 2008).

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	Saldos em 2008	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 2009
Pavimentações e conservação especial	136.585	25.997	20.868	-	183.450
Sinalização e dispositivos de segurança	10.595	2.104	(2.623)	-	10.076
Hardware e equipamentos de pedágio	5.717	890	1.014	-	7.621
Máquinas e equipamentos	2.292	33	1	(130)	2.196
Móveis e utensílios	459	86	(1)	(4)	540
Terrenos e edificações	8.413	44	-	-	8.457
Obras em andamento	1.248	97	(1.272)	(73)	-
Demais melhorias e ampliações	32.938	327	(17.278)	-	15.987
Outros	<u>4.063</u>	<u>403</u>	<u>(709)</u>	<u>(152)</u>	<u>3.605</u>
	<u>202.310</u>	<u>29.981</u>	<u>-</u>	<u>(359)</u>	<u>231.932</u>

Depreciação acumulada:

	Saldos em 2008	Adições	Baixas	Saldos em 2009
Pavimentações e conservação especial	(76.455)	(15.977)	-	(97.119)
Sinalização e dispositivos de segurança	(7.576)	(716)	-	(7.232)
Hardware e equipamentos de pedágio	(3.367)	(904)	-	(4.272)
Máquinas e equipamentos	(974)	(185)	107	(1.054)
Móveis e utensílios	(367)	(22)	2	(385)
Terrenos e edificações	(3.685)	(404)	-	(4.094)
Obras em andamento	-	-	-	-
Demais melhorias e ampliações	(14.920)	(375)	-	(11.669)
Outros	<u>(1.727)</u>	<u>(384)</u>	<u>150</u>	<u>(1.954)</u>
	<u>(109.071)</u>	<u>(18.967)</u>	<u>259</u>	<u>(127.779)</u>

8. INTANGÍVEL

	2009		2008	
	Amortização	Valor	Valor	
<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>líquido</u>	<u>líquido</u>	
Marcas e patentes	1.464	(1.282)	182	11
Software de terceiros	<u>14</u>	<u>(4)</u>	<u>10</u>	<u>310</u>
	<u>1.478</u>	<u>(1.286)</u>	<u>192</u>	<u>321</u>

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Marcas e patentes	14	-	14
Software de terceiros	<u>1.410</u>	<u>54</u>	<u>1.464</u>
	<u>1.424</u>	<u>54</u>	<u>1.478</u>

Amortização:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Marcas e patentes	(3)	(1)	(4)
Software de terceiros	<u>(1.100)</u>	<u>(182)</u>	<u>(1.282)</u>
	<u>(1.103)</u>	<u>(183)</u>	<u>(1.286)</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes a diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, e capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para contingências	4.578	3.002
Outros	28	(249)
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07 (*)	<u>(976)</u>	<u>(947)</u>
	3.630	1.806
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.234</u>	<u>614</u>
Classificados no ativo não circulante	1.566	936
Classificados no passivo não circulante	<u>(332)</u>	<u>(322)</u>
	<u>1.234</u>	<u>614</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(11.378)	(10.984)
Imposto de renda diferido	<u>462</u>	<u>(523)</u>
	<u>(10.916)</u>	<u>(11.507)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(4.104)	(3.980)
Contribuição social diferida	<u>152</u>	<u>(173)</u>
	<u>(3.952)</u>	<u>(4.153)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.962	48.611
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(15.627)	(16.528)
Juros sobre o capital próprio	950	858
Outros	<u>(191)</u>	<u>10</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(14.868)</u>	<u>(15.660)</u>

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	797	653
Cofins	452	378
PIS	98	82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre juros sobre o capital próprio	35	34
Impostos federais	-	163
Outros impostos	<u>336</u>	<u>393</u>
	<u>1.718</u>	<u>1.703</u>

11. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Itaú BBA	Real	Novembro de 2009	137% do CDI	-	40.855
Itaú BBA	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,5%	<u>47.624</u>	-
Circulante				<u>47.624</u>	<u>40.855</u>

Os empréstimos são destinados para capital de giro e não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora indireta Primav EcoRodovias S.A.

12. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Balança patrimonial	Resultado	
	Passivo circulante	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (*)	1.644	2.220	4.797
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (*)	-	-	5.928
ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (*)	-	<u>7.647</u>	-
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>1.644</u>	<u>9.867</u>	<u>10.725</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>1.216</u>	<u>5.994</u>	<u>8.003</u>

(*) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados, até 31 de agosto de 2009, pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas foram incorporadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$660. A remuneração paga aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>
Salários e ordenados	458
Participação nos resultados e bônus	<u>199</u>
	<u>657</u>

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Cível (a)	1.866	-	(170)	228	1.924
Trabalhista (b)	611	1.233	(93)	81	1.832
Tributária	<u>525</u>	<u>431</u>	<u>(147)</u>	<u>13</u>	<u>822</u>
	3.002	1.664	(410)	322	4.578
Depósitos judiciais (c)	<u>(1.491)</u>	<u>(31)</u>	<u>1.483</u>	<u>(72)</u>	<u>(111)</u>
	<u>1.511</u>	<u>1.633</u>	<u>1.073</u>	<u>250</u>	<u>4.467</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$1.484 (R\$1.122 em 31 de dezembro de 2008), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2009, existem processos que totalizam R\$5.962 (R\$2.070 em 31 de dezembro de 2008), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas e o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$5.000. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre Sideco S.A. e a controladora indireta Primav EcoRodovias S.A. há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras nem nos negócios da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social é de R\$41.849, representado por 41.849.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no exercício de R\$2.795 - R\$419 de IRRF (R\$2.523 em 31 de dezembro de 2008 - R\$378 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$28.314 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo R\$6.046 referentes ao lucro do exercício de 2008 e R\$22.268 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$198.

O montante de dividendos a pagar de R\$4.477 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	31.094
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(1.555)</u>
Base de cálculo dos dividendos	29.539
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	22.267
Juros sobre o capital próprio	2.795
Dividendos propostos	4.477

15. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	109.982	99.435
Vale-pedágio e pedágio em cupons	11.154	23.682
Pedágio por equipamento eletrônico	<u>22.038</u>	<u>2.373</u>
	143.174	125.490
Receitas acessórias (*)	<u>5.480</u>	<u>4.960</u>
Receita bruta	<u>148.654</u>	<u>130.450</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	7.053	6.363	13.416	7.869	3.133	11.002
Conservação e manutenção	10.309	1.407	11.716	10.881	-	10.881
Serviços de terceiros (*)	15.557	12.322	27.879	13.923	9.332	23.255
Seguros	957	-	957	1.749	-	1.749
Poder Concedente	2.430	-	2.430	2.341	-	2.341
Depreciação e amortização	19.128	22	19.150	14.156	59	14.215
Outros	<u>5.386</u>	<u>2.645</u>	<u>8.031</u>	<u>2.379</u>	<u>1.361</u>	<u>3.740</u>
	<u>60.820</u>	<u>22.759</u>	<u>83.579</u>	<u>53.298</u>	<u>13.885</u>	<u>67.183</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por transporte de valores, assessoria e consultoria, assessoria em informática, ambulâncias e outros.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	254	454
Variação monetária ativa	172	17
Outras	<u>41</u>	<u>24</u>
	<u>467</u>	<u>495</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(5.557)	(3.428)
Variação monetária passiva	-	(215)
Impostos sobre operações financeiras	(54)	(272)
Outras	<u>(901)</u>	<u>(83)</u>
	<u>(6.512)</u>	<u>(3.998)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.045)</u>	<u>(3.503)</u>

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 101% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	3.794	3.794
Aplicações financeiras	1.904	1.904
Passivos-		
Empréstimos	47.624	48.688

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente de empréstimos.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>8.763</u>	<u>10.942</u>	<u>13.115</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>8,55%</u>	<u>10,69%</u>	<u>12,83%</u>

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas “versus” as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$67, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

20. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
All Risks	De 31.12.09 a 31.12.10	156.411
All Risks	De 31.12.09 a 31.12.10	671.058
All Risks	De 31.12.09 a 31.12.10	41.620
Seguro garantia	De 23.02.09 a 22.02.10	10.194
Equipamentos - frota leve	De 08.07.09 a 08.07.10	Tabela Fipe
Equipamentos - frota pesada	De 20.07.09 a 20.07.10	Tabela Fipe

21. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$572, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas” (R\$837 em 31 de dezembro de 2008).

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão é novembro de 2021). A atual Administração do Governo do Estado do Paraná, que se findará em 31 de dezembro de 2010, busca atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. A Ecocataratas busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o contrato de concessão da concessionária, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há itens que não afetaram o caixa.

24. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
IMOBILIZADO		
Construção e projetos/ampliação principal	4,9%	9%
Pavimentações e conservação especial	11,1%	9%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	9%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias e ampliações	8%	9%
INTANGÍVEL		
Software de terceiros e outros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.